



Simulados Finais

TRT SP

Pós-Edital
Analista Judiciário
Área Judiciária

Simulado

Simulado Final TRT-SP (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRT-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ZBU2ophuKPLiGfRa6>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 13 - A B C D E | 25 - A B C D E | 37 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 14 - A B C D E | 26 - A B C D E | 38 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 15 - A B C D E | 27 - A B C D E | 39 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 16 - A B C D E | 28 - A B C D E | 40 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 17 - A B C D E | 29 - A B C D E | 41 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 18 - A B C D E | 30 - A B C D E | 42 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 19 - A B C D E | 31 - A B C D E | 43 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 20 - A B C D E | 32 - A B C D E | 44 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 21 - A B C D E | 33 - A B C D E | 45 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 22 - A B C D E | 34 - A B C D E | 46 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 23 - A B C D E | 35 - A B C D E | 47 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 24 - A B C D E | 36 - A B C D E | 48 - A B C D E | 60 - A B C D E |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***[História não é bula de remédio]**

Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característica de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder. Mas é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós, brasileiros. Além da metáfora falaciosa das três raças formadoras da nação, estamos acostumados a desfazer da imensa desigualdade existente no país e a transformar, sem muita dificuldade, um cotidiano condicionado por grandes poderes centralizados nas figuras dos senhores de terra em provas derradeiras de um passado aristocrático.

História e memória são formas de entendimento do passado que nem sempre se confundem ou mesmo se complementam. A história não só carrega consigo algumas lacunas e incompreensões frente ao passado, como se comporta, muitas vezes, qual campo de embates, de desavenças e disputas. Por isso ela é, por definição, inconclusa. Já a memória traz invariavelmente para o centro da análise uma dimensão subjetiva ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele devotar uma determinada lembrança: daquele que a produz. Assim, ela recupera o “presente do passado” e faz com que o passado vire também presente.

Não há como dominar totalmente o passado, mas é possível fazer isto: “lembra”. Essa é a melhor maneira de repensar o presente e não “esquecer” de projetar o futuro.

História não é bula de remédio nem produz efeitos rápidos de curta ou longa duração. Ajuda, porém, a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre nosso passado, nosso presente e sonho de futuro.

(SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 19. *Adaptado*.)

01. De acordo com o texto, a história e a memória são caracterizadas como:

- a) formas complementares de registrar fatos do passado de modo objetivo, ambas comprometidas com a neutralidade e a precisão.
- b) instrumentos igualmente científicos que visam construir uma verdade única sobre o passado nacional.
- c) modos distintos de acesso ao passado, sendo a história inconclusa e marcada por disputas, e a memória subjetiva e pessoal.
- d) práticas homogêneas e convergentes que, ao se confundirem, produzem uma versão oficial dos eventos históricos.
- e) ferramentas didáticas que, ao apresentarem uma mesma narrativa do passado, contribuem para eliminar desigualdades históricas.

02. O trecho *Essa é a melhor maneira de repensar o presente e não “esquecer” de projetar o futuro possível* sugere que

- a) a compreensão do presente depende exclusivamente da razão e do distanciamento crítico, sem necessidade de recorrer a lembranças pessoais.
- b) a lembrança do passado deve ser evitada para que o presente e o futuro possam ser vividos com mais leveza e objetividade.
- c) é necessário preservar a memória e a reflexão histórica como formas de orientar as escolhas que afetam o presente e o futuro.
- d) projetar o futuro exige o abandono das memórias dolorosas, pois estas atrapalham a construção de uma realidade melhor.
- e) o presente é suficiente para guiar nossas ações, sendo a memória apenas um acessório emocional de pouco valor prático.

03. “Naturalizar a desigualdade e evadir-se do passado é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós, brasileiros.”

Preservam-se o sentido, a clareza e a correção do período acima nesta nova redação:

- a) Entre nós, brasileiros, é relativamente bem-sucedida a fórmula de enfrentar a desigualdade e superar o passado.
- b) A fórmula de naturalizar a desigualdade e esquecer o passado tem sido um total sucesso entre os brasileiros.
- c) Evasão do passado e rejeição à desigualdade são práticas comuns entre brasileiros, embora sem resultados positivos.
- d) Nós, brasileiros, aplicamos com relativo sucesso a fórmula de combater a desigualdade e resgatar o passado.
- e) Naturalizar a desigualdade e evadir-se do passado constituem, também entre nós, brasileiros, uma fórmula relativamente bem-sucedida.

04. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) A memória, que muitos depositam lembranças pessoais, traz à tona interpretações do passado marcadas pela subjetividade.
- b) A história, que se constrói em meio a disputas, não produz efeitos imediatos, como se fosse uma bula de remédio.
- c) A desigualdade, a qual os governos evitam tratar diretamente, é naturalizada em discursos oficiais.
- d) O presente é influenciado por narrativas históricas, onde não oferecem espaço para o confronto com a verdade.
- e) O passado, de cujo não nos lembramos, retorna como uma ausência que contamina o presente.

05. No período “Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característica de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder”, o termo ‘que’ desempenha a função de:

- a) objeto direto do verbo “lançar”.
- b) sujeito do verbo “lançam”.
- c) complemento nominal do substantivo “governos”.
- d) objeto indireto do verbo “evadir-se”.
- e) adjunto adnominal do substantivo “característica”.

06. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:

- a) A construção da história, marcada por disputas e por lacunas, não produz efeitos imediatos.
- b) São os discursos oficiais que tenta apagar a desigualdade presente na sociedade.
- c) Tratam-se de estratégias recorrentes entre nós, brasileiros, naturalizar a desigualdade e evadir-se do passado.
- d) A memória, que resgata o passado na primeira pessoa, oferecem uma leitura subjetiva da história.
- e) Nos governos autoritários, se manifesta, com mais clareza, a negação do passado e a construção de versões idealizadas da história.

07. É inteiramente regular a pontuação da seguinte frase:

- a) A memória que traduz o passado na primeira pessoa, traz à tona uma dimensão subjetiva.
- b) Governos autoritários, não ocasionalmente, lançam mão de narrativas edulcoradas para manter o poder.
- c) Naturalizar a desigualdade e evadir-se do passado é uma prática, que se aplica com relativo sucesso entre nós.
- d) História, e memória, embora relacionadas, não se confundem nem se complementam necessariamente.
- e) Não há como dominar totalmente o passado, mas é possível, lembrar.

08. Transponto-se para a voz passiva a frase ***A história também carrega consigo algumas lacunas e incompREENsões frente ao passado***, a forma verbal resultante deverá ser

- a) Também foram carregadas pela história algumas lacunas e incompREENsões frente ao passado.
- b) Algumas lacunas e incompREENsões também são carregadas com ela pela história frente ao passado.
- c) Algumas lacunas e incompREENsões também são carregadas pela história frente ao passado.
- d) Algumas lacunas e incompREENsões frente ao passado também tinham sido carregadas pela história.
- e) Também se carrega pela história algumas lacunas e incompREENsões frente ao passado.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

09. Cinco pessoas — Ana, Bruno, Carla, Diego e Eduarda — estão sentadas em uma fileira de cinco cadeiras, todas voltadas para frente. Sabe-se que:

- Diego está exatamente no meio da fileira.
- Ana está à esquerda de Bruno.
- Carla está à direita de Diego.
- Eduarda está imediatamente à esquerda de Carla.

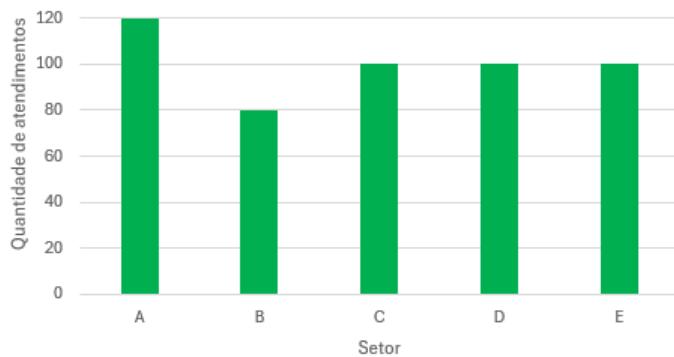
Com base nessas informações, quem está imediatamente à esquerda de Diego?

- a) Ana
- b) Bruno
- c) Carla
- d) Diego
- e) Eduarda

10. Uma torneira enche $\frac{2}{5}$ de um reservatório em 6 minutos. Uma segunda torneira, com vazão constante, enche $\frac{1}{4}$ do mesmo reservatório em 5 minutos. Se as duas torneiras forem abertas juntas, quanto tempo levarão para encher completamente esse reservatório?

- a) 9 min e 36 s
- b) 10 min
- c) 8 min e 34 s
- d) 7 min e 12 s
- e) 11 min

11. O gráfico a seguir mostra a quantidade de atendimentos em cinco setores de uma empresa durante uma semana:



A soma da média aritmética, moda e mediana do número de atendimentos é igual a:

- a) 280
- b) 320
- c) 400
- d) 300
- e) 500

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*Ricardo Torques*

12. Considera-se, para efeitos da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva,

- a) Desenho universal.
- b) Acessibilidade.
- c) Barreiras tecnológicas.
- d) Adaptações Razoáveis.
- e) Elementos de urbanização.

13. De acordo com a Lei 8.889/1994, é concedido passe livre às pessoas com deficiência,

- a) independentemente da comprovação de carência, no sistema de transporte coletivo intermunicipal.
- b) comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.
- c) comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo intermunicipal.
- d) independentemente da comprovação de carência, no sistema de transporte coletivo interestadual.
- e) comprovadamente carentes, em qualquer sistema de transporte coletivo.

14. Em determinado programa habitacional subsidiado com recurso público constou que a pessoa com deficiência goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria. Para além disso, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.146/2015 (estatuto da Pessoa com Deficiência), deverá haver reserva das unidades habitacionais para pessoa com deficiência na quantidade mínima de:

- a) 10%
- b) 5%

- c) 20%
- d) 3%
- e) 50%

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRT SP*Tiago Zanolla*

15. Joana, servidora do TRT da 15ª Região, atuava em uma unidade sensível com alto fluxo de informações sigilosas. Certa vez, compartilhou em grupo de mensagens corporativo um trecho de um relatório contendo dados pessoais de partes envolvidas em um processo, acreditando não estar violando qualquer norma.

Com base no Código de Ética do TRT-15, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta de Joana é permitida, pois o compartilhamento se deu em grupo interno de trabalho.
- b) A divulgação de dados pessoais é autorizada se não houver prejuízo comprovado aos envolvidos.
- c) A servidora infringiu norma ética ao não preservar o sigilo das informações de que teve acesso.
- d) A responsabilidade pelo sigilo é exclusiva da chefia da unidade, e não do servidor executor.
- e) A divulgação é lícita se a informação não for expressamente classificada como confidencial.

16. Carlos, servidor comissionado do TRT-15, foi nomeado como gestor de unidade e, durante as festividades de fim de ano, aceitou presente de alto valor enviado por uma empresa contratada da instituição. Posteriormente, justificou que o ato foi um gesto de cortesia sem má-fé.

À luz do Código de Ética do TRT da 15ª Região, é correto afirmar que:

- a) Presentes de qualquer natureza são proibidos, inclusive em datas comemorativas.
- b) A aceitação do presente é lícita, pois a intenção da empresa não foi formalmente comprovada.
- c) Presentes de valor econômico relevante são vedados, especialmente quando provenientes de parte interessada nas decisões da unidade.
- d) A aceitação do presente é tolerada para servidores comissionados, desde que não vinculada a processo em curso.
- e) É lícito receber presentes em função do cargo, desde que informada previamente a Diretoria-Geral.

17. Durante uma reunião administrativa, a servidora Márcia criticou abertamente colegas de trabalho, utilizando termos depreciativos relacionados à origem regional e orientação política de alguns deles. A chefia da unidade, embora presente, não interveio.

Considerando o Código de Ética, a conduta de Márcia:

- a) É aceitável, desde que os comentários não tenham sido dirigidos pessoalmente a ninguém.
- b) Configura falta ética, por violar o dever de respeito e vedação à discriminação.
- c) Deve ser interpretada como liberdade de expressão garantida no serviço público.
- d) Só será considerada infração se houver registro formal da reunião.
- e) Está amparada pelo princípio da neutralidade política da administração.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

18. Em relação ao uso de navegadores modernos e correio eletrônico, assinale a alternativa incorreta:

- a) Navegadores como Chrome, Edge e Firefox suportam navegação com abas múltiplas.
- b) O modo anônimo em navegadores impede que o endereço IP do usuário seja rastreado.
- c) Anexos em e-mails podem conter arquivos executáveis e devem ser abertos com cautela.
- d) O uso de marcadores permite salvar endereços de páginas para acesso futuro.
- e) A barra de endereços dos navegadores permite digitar diretamente uma URL ou termo de busca.

19. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de phishing:

- a) Ato de capturar dados por meio de interceptação de redes Wi-Fi abertas.
- b) Software malicioso que se disfarça de aplicativo legítimo para enganar o usuário.
- c) Técnica de ataque que visa enganar o usuário para que ele forneça dados sigilosos.
- d) Programa que bloqueia o sistema e exige resgate em dinheiro.
- e) Técnica de propagação de vírus por meio de dispositivos USB.

20. O Windows é um Sistema Operacional e, como tal, tem a função de gerenciar o hardware e o software em uma máquina. Nele temos uma funcionalidade que permite acompanhar o desempenho da memória, da CPU, ver os processos em execução, dentre outras atividades. Uma das formas de acessá-la é através da tecla de atalho:

- a) CTRL + ALT
- b) CTRL + ALT+ DEL
- c) CTRL + SHIFT + DEL
- d) CTRL + D
- e) ALTGR + P

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana***21.** Analise os seguintes itens:

- I- O Ministro da Justiça, obrigatoriamente, será brasileiro nato.
- II- Poderão ser naturalizados brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- III- São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

22. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

- a) Lazer, trabalho, transporte e alimentação.
- b) Proteção à maternidade e à infância, lazer, moradia e liberdade de reunião.
- c) Educação, saúde, moradia e propriedade.
- d) Trabalho, segurança, propriedade e liberdade de associação.
- e) Previdência social, assistência aos desamparados, educação e liberdade de crença religiosa.

23. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

24. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- e) Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

25. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador do Estado Alfa tem poderes para, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Uma liminar não é suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

26. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O quórum necessário para a aprovação de medida provisória é o de maioria simples, exigindo-se votação em cada Casa do Congresso Nacional separadamente.
- d) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- e) A medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

27. Márcia, chefe de setor em um órgão público federal, instaurou processo administrativo disciplinar contra um servidor que cometeu falta funcional grave. Durante o processo, optou por aplicar penalidade de suspensão com base em sua própria avaliação da gravidade dos fatos, apesar de não haver previsão legal específica para esse tipo de punição naquela situação.

À luz dos Poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A penalidade aplicada por Márcia é inválida, pois o poder disciplinar exige previsão legal para imposição de sanções.
- b) O poder disciplinar autoriza a aplicação de qualquer penalidade conforme juízo discricionário do chefe imediato.
- c) O poder disciplinar é uma derivação do poder hierárquico e independe de processo administrativo.
- d) A penalidade está correta, pois a suspensão é sempre cabível diante de faltas graves, mesmo sem previsão normativa específica.
- e) A penalidade aplicada por Márcia é válida, pois o poder disciplinar possui natureza exclusivamente discricionária.

28. Durante auditoria interna, foi identificado que o servidor Raul praticou ato administrativo com vício de competência, embora a matéria fosse perfeitamente legal e o agente tivesse vínculo com a Administração. A autoridade superior decidiu corrigir o erro sem anular o ato, alegando economia processual.

Considerando os atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) O vício de competência é insanável e o ato deve ser obrigatoriamente anulado.
- b) O ato pode ser convalidado se o vício não envolver matéria de competência exclusiva e o agente tiver vínculo com a Administração.
- c) Toda irregularidade em ato administrativo deve resultar em sua revogação imediata.
- d) A convalidação só é possível em atos que não produzam efeitos jurídicos externos.
- e) O vício de forma jamais poderá ser convalidado pela autoridade competente.

29. O vereador Damião apresentou denúncia ao Tribunal de Contas do Estado após suspeitar de irregularidades na contratação de uma empresa para fornecimento de merenda escolar em seu município. Paralelamente, o prefeito instaurou procedimento interno para apurar os fatos no âmbito da Controladoria Municipal.

Com base nas formas de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o Tribunal de Contas pode realizar o controle de legalidade sobre contratos administrativos.
- b) O controle exercido pela Controladoria é considerado controle externo, pois envolve apuração de responsabilidade.
- c) O controle exercido pelo prefeito é exemplo de controle externo e hierárquico.
- d) O controle realizado pelo próprio Poder Executivo é considerado controle interno e decorre do poder-dever de autotutela.

e) O controle legislativo impede que o Executivo realize controle administrativo sobre seus próprios atos.

30. Durante tempestade severa, uma árvore caiu sobre um veículo estacionado em frente a uma escola pública estadual. O proprietário, Sr. Luiz, ajuizou ação pleiteando indenização, alegando que a árvore já apresentava sinais visíveis de risco. A defesa sustentou que se tratava de caso fortuito decorrente da força da natureza.

Com base na responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de omissão estatal, aplica-se a teoria do risco integral, independentemente de culpa.
- b) A responsabilidade do Estado por omissão é sempre objetiva, bastando a prova do dano.
- c) A queda da árvore durante tempestade caracteriza caso fortuito, em regra excludente de responsabilidade, salvo se houver omissão quanto à fiscalização ou conservação.
- d) O Estado só responde quando o dano decorrer de ato comissivo praticado por agente público.
- e) A responsabilidade do Estado depende sempre da comprovação de dolo ou culpa do agente.

31. Antônio, secretário de obras de um município, contratou diretamente o engenheiro Pedro Almeida para a elaboração de parecer técnico especializado sobre a estabilidade de uma ponte. O profissional é amplamente reconhecido na área e possui vasta experiência comprovada.

Paralelamente, o município também abriu licitação na modalidade concorrência para contratar empresa responsável pela execução da obra de recuperação da ponte.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) A contratação direta do engenheiro é irregular, pois todos os serviços de engenharia devem ser precedidos de licitação, sem exceções.
- b) A concorrência é inadequada para contratação de serviços de engenharia, sendo o pregão a modalidade correta nesse caso.
- c) É lícita a contratação direta de Pedro, desde que esteja demonstrada a inviabilidade de competição e sua notória especialização.
- d) A contratação do engenheiro deveria ter ocorrido por meio de concurso, dada a natureza intelectual do serviço.
- e) A execução da obra de recuperação da ponte poderia ter sido contratada diretamente, desde que em razão de urgência administrativa.

32. Joana foi nomeada para o cargo de analista técnico em órgão da administração pública federal após aprovação em concurso. Iniciado o estágio probatório, seu desempenho foi avaliado como insuficiente em critérios como assiduidade e produtividade.

Joana, no entanto, havia ocupado anteriormente cargo efetivo em outro órgão público federal, onde já havia adquirido estabilidade.

Com base na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a) Joana só poderá ser exonerada após os três anos de estágio probatório, mesmo diante de desempenho insatisfatório.
- b) Sendo estável em outro cargo, Joana será reconduzida ao cargo anteriormente ocupado, caso não seja aprovada no estágio probatório.
- c) A reprovação no estágio probatório não impede que Joana permaneça no serviço público, devendo ser readaptada compulsoriamente.
- d) O estágio probatório tem duração de 12 meses, sendo vedada a aplicação de penalidades durante esse período.
- e) A avaliação de Joana deveria considerar apenas a disciplina e a responsabilidade, não sendo exigida análise de produtividade.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Sobre as modalidades das obrigações no Direito Civil brasileiro, assinale a alternativa correta

- a) A obrigação de meio caracteriza-se por exigir um resultado certo e determinado, sendo considerada inadimplida caso o devedor não alcance esse resultado, ainda que tenha envidado todos os esforços.
- b) A obrigação acessória possui existência autônoma, podendo subsistir independentemente da obrigação principal.
- c) A obrigação de dar coisa incerta será considerada indivisível, em qualquer hipótese, até o momento da concentração.
- d) As obrigações puras não estão submetidas a condição, termo ou encargo, e produzem efeitos de forma imediata.
- e) A obrigação de garantia tem como característica principal sua autonomia, razão pela qual não se subordina a qualquer outra obrigação.

34. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios que regem o direito contratual no ordenamento jurídico brasileiro

- a) O princípio da autonomia da vontade permite às partes criar obrigações sem qualquer limitação legal, inclusive contrárias à ordem pública e aos bons costumes.
- b) O princípio da função social do contrato exige que os efeitos do contrato se limitem às partes contratantes, não podendo atingir terceiros, ainda que de forma reflexa.
- c) O princípio da boa-fé objetiva exige das partes apenas lealdade na fase de execução contratual, não incidindo na formação nem na fase pós-contratual.
- d) O princípio do equilíbrio contratual fundamenta a possibilidade de revisão das obrigações em casos de onerosidade excessiva superveniente.
- e) O princípio do consensualismo exige, em todos os casos, a forma escrita como condição de validade dos contratos.

35. João reside há 12 anos, de forma ininterrupta, pacífica e sem oposição, em um imóvel urbano que pertencia a um antigo tio, já falecido. Durante esse tempo, realizou benfeitorias, pagou IPTU, contas de água e luz, e sempre cuidou do bem como se fosse proprietário. Recentemente, um herdeiro do falecido ajuizou ação de reintegração de posse contra João, alegando nunca ter autorizado sua permanência. João, por sua vez, defende-se invocando a proteção possessória e o tempo de posse.

Dante do caso narrado, assinale a alternativa correta

- a) João exerce posse de boa-fé, e seu tempo de posse poderá ser computado para fins de usucapião ordinária, independentemente de justo título.
- b) João exerce mera detenção, já que sua permanência se originou de vínculo familiar e, portanto, sem ânimo de dono.
- c) João não possui proteção possessória, pois sua posse decorre de tolerância familiar e configura esbulho possessório.

d) João exerce posse de má-fé, pois tem ciência de que o imóvel pertence à família do falecido, e a posse com má-fé não é protegida pelo ordenamento.

e) João exerce posse precária, pois detém o imóvel em nome de herdeiros legítimos, o que impede o reconhecimento de qualquer forma de usucapião.

36. Carlos foi atropelado por uma motocicleta pertencente à empresa Delivery Rápido Ltda., enquanto atravessava a faixa de pedestres. O condutor, funcionário da empresa, estava realizando entregas e agiu com imprudência ao ultrapassar um sinal vermelho. Carlos sofreu lesões graves e ajuizou ação de indenização contra a empresa, não contra o entregador.

Dante do caso, assinale a alternativa correta

- a) A empresa somente poderá ser responsabilizada se ficar provado que ordenou expressamente a conduta ilícita do empregado.
- b) A empresa deve ser responsabilizada objetivamente, com base na teoria do risco-proveito, por atos praticados por seus empregados durante a prestação do serviço.
- c) A responsabilidade da empresa é subjetiva, sendo necessário comprovar que ela agiu com culpa *in eligendo* ou *in vigilando*.
- d) A empresa não pode ser responsabilizada, pois o fato ocorreu fora de suas dependências e se trata de ato exclusivo do empregado.
- e) A responsabilidade da empresa depende da existência de vínculo contratual direto entre ela e o ofendido.

37. Cláudia e Roberto eram casados sob o regime da separação convencional de bens. Após o falecimento de Roberto, ele deixou um imóvel e dois filhos. Considerando essa situação, é correto afirmar sobre os direitos de Cláudia

- a) Cláudia é herdeira de Roberto e tem direito a 1/3 do imóvel.
- b) Cláudia é herdeira e poderá receber a totalidade dos bens deixados por Roberto.
- c) Cláudia somente poderá ser considerada herdeira se demonstrar ter contribuído para a compra do imóvel.
- d) Cláudia tem direito à metade do patrimônio deixado por Roberto, por ser meeira.
- e) Cláudia não poderá invocar o direito real de habitação, pois o casamento foi sob separação convencional de bens.

39. Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato,

- a) A prova testemunhal pode surpreendê-la a falta.
- b) A prova documental pode surpreendê-la a falta.
- c) A prova pericial pode surpreendê-la a falta.
- d) A confissão pode surpreendê-la a falta.
- e) Nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode surpreendê-la a falta.

40. Antônio é credor da quantia de R\$ 45.000,00 devida pelos devedores solidários, Cláudio, Paulo e Maria. Para recuperar o seu crédito, Antônio ajuizou ação em desfavor exclusivamente de Cláudio. Diante disso, para que os demais devedores solidários integrem a lide, Cláudio poderá se utilizar:

- a) Da reconvenção.
- b) Da desconsideração da personalidade jurídica.
- c) Da denúncia à lide.
- d) Do chamamento ao processo.
- e) Da nomeação à autoria.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

38. Atenção: Considere o Código de Processo Civil brasileiro para responder à questão.

Considere as proposições a seguir:

- I – Existência ou inexistência de uma relação jurídica.
- II – Modo de ser de uma relação jurídica.
- III – Autenticidade de um documento
- IV – Falsidade de um documento.

Poderão ser objeto de ação declaratória APENAS:

- a) I, II, III e IV.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II e III.

41. Pedro ajuizou ação de obrigação de entrega de coisa móvel em desfavor de Pablo. Após a instrução, o juiz julgou totalmente procedente o pedido de Pedro, estabelecendo o prazo de 30 dias para cumprimento da determinação. O processo transitou em julgado e o prazo decorreu sem qualquer manifestação de Pablo. Requerido o cumprimento de sentença, de acordo com o Código de Processo Civil.

- a) Pablo poderá alegar em impugnação direito de retenção por benfeitorias.
- b) Deverá ser expedido mandado de imissão na posse.
- c) Deverá ser expedido mandado de busca e apreensão.
- d) Deverá o executado ser intimado a entregar a coisa no prazo de 15 (quinze) dias.
- e) Deverá o executado ser intimado a entregar a coisa no prazo de 30 (trinta) dias.

42. A respeito da sentença no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- b) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- c) A desistência da ação pode ser apresentada até o trânsito em julgado da sentença.
- d) A sentença deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.
- e) A decisão judicial deve ser interpretada somente pelo seu dispositivo.

43. Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida

- a) ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.
- b) ao credor é lícito promover simultaneamente a execução desta e, em autos apartados, a liquidação daquela.
- c) ao credor só será lícito promover a execução de ambas as partes após a liquidação de sentença.
- d) ao credor é lícito promover simultaneamente em autos apartados a execução e a liquidação.
- e) ao credor é lícito promover simultaneamente nos mesmos autos a execução e a liquidação.

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

44. A empresa "Logística Veloz S.A." contratou Mário, por prazo determinado de 90 dias, para atender a uma demanda sazonal de entregas de final de ano. Ao final deste período, a empresa, satisfeita com o desempenho de Mário, decidiu efetivá-lo, alterando o contrato para prazo indeterminado. Contudo, 15 dias após a alteração contratual, Mário praticou ato de indisciplina grave, devidamente comprovado, resultando em sua dispensa por justa causa. Considerando a situação narrada e as disposições da CLT, a empresa deverá pagar a Mário:

- a) o saldo de salário e, integralmente, a indenização prevista no art. 479 da CLT, calculada sobre o tempo que faltava para o término do contrato original.
- b) apenas o saldo de salário, sendo indevida qualquer indenização, uma vez que o contrato passou a viger por prazo indeterminado antes da ocorrência da justa causa e Mário não chegou a adquirir direito a férias.
- c) o saldo de salário e metade da indenização do art. 479 da CLT, pois o contrato foi convertido em prazo indeterminado antes do seu termo.
- d) o saldo de salário e as verbas rescisórias típicas de uma dispensa sem justa causa, pois a conversão do contrato anula a natureza determinada anterior.
- e) o saldo de salário, sendo-lhe garantida, no mínimo, metade da remuneração a que teria direito até o fim do contrato determinado inicial, ainda que a dispensa tenha sido por justa causa.

45. Joana, empregada da empresa "Têxtil Fina Ltda.", foi eleita como membro suplente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Passados seis meses de seu mandato, a empresa realizou uma reestruturação interna e decidiu extinguir o estabelecimento em que Joana trabalhava, transferindo suas operações para outra unidade em um estado diferente. A empresa ofereceu a transferência a todos os empregados, mas Joana recusou a oferta. Em razão da extinção

do estabelecimento e da recusa de Joana, a empresa procedeu à sua dispensa sem justa causa. Nessa situação, a dispensa de Joana é:

- a) nula, pois a estabilidade do cipeiro veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa, sendo a extinção do estabelecimento irrelevante.
- b) válida, pois a estabilidade provisória do membro da CIPA não prevalece sobre a hipótese de extinção do estabelecimento empresarial.
- c) ilícita, devendo a empresa reintegrá-la no novo estabelecimento, ainda que em estado diverso, ou pagar indenização substitutiva dobrada.
- d) válida, mas a empresa é obrigada a pagar, além das verbas rescisórias, uma indenização adicional correspondente a todo o período estabilitário restante.
- e) nula, a menos que a empresa comprove em juízo a inexistência de outra vaga compatível em qualquer de seus outros estabelecimentos no país.

46. A empresa "Tecnologia Avançada S.A." firmou com seus empregados do setor de desenvolvimento acordos individuais por escrito de banco de horas, prevendo a compensação das horas extras em até seis meses. Durante os três primeiros meses, Lucas acumulou 50 horas positivas no banco. No quarto mês, Lucas pediu demissão. No momento da rescisão, a empresa:

- a) deve pagar as horas extras acumuladas com o adicional de, no mínimo, 50%, aplicando-se o valor da remuneração da data da rescisão.
- b) não precisa pagar as horas extras, pois o prazo para compensação (seis meses) ainda não havia expirado, podendo as horas ser consideradas quitadas.
- c) deve pagar as horas extras acumuladas, mas apenas com o adicional previsto no acordo individual, que pode ser inferior a 50%.
- d) deve pagar as horas extras acumuladas com o adicional de, no mínimo, 100%, por se tratar de rescisão com saldo positivo no banco de horas.
- e) pode descontar as horas de um eventual saldo negativo de outro empregado, por se tratar de acordo individual de banco de horas.

47. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química firmou Acordo Coletivo de Trabalho com a empresa "Fórmula Certa Ltda.", no qual ficou estabelecida uma contribuição assistencial, a ser descontada do salário de todos os empregados da categoria, sindicalizados ou não, destinada ao custeio de serviços prestados pela entidade. O acordo assegurou expressamente o direito de oposição, a ser exercido individualmente pelo trabalhador não sindicalizado em até 15 dias antes do primeiro desconto. Mônica, não sindicalizada, não exerceu seu direito de oposição no prazo e, ao verificar o desconto em seu contracheque, ajuizou ação requerendo a devolução dos valores. À luz da mais recente decisão do STF sobre o tema, o pedido de Mônica deve ser julgado:

- a) procedente, pois qualquer cobrança de contribuição de empregados não sindicalizados é inconstitucional, por violar a liberdade de associação sindical.
- b) procedente, pois a contribuição assistencial somente pode ser exigida dos empregados que, além de não se oporem, autorizaram o desconto de forma prévia e expressa.
- c) improcedente, pois a aprovação da contribuição em assembleia geral da categoria torna a cobrança obrigatória para todos, sendo o direito de oposição irrelevante.
- d) improcedente, pois o STF considerou constitucional a instituição da contribuição assistencial a todos os empregados da categoria, desde que prevista em acordo ou convenção coletiva e assegurado o direito de oposição ao não sindicalizado.
- e) procedente, pois a empresa não poderia efetuar o desconto sem uma lista nominal de trabalhadores que concordaram com a contribuição, fornecida pelo sindicato.

48. A empresa "Metalúrgica Progresso S.A." firmou com o sindicato da categoria um acordo coletivo de trabalho autorizando a redução do intervalo intrajornada para 30 minutos para os empregados que cumprem jornada de 8 horas diárias. Cláudio, empregado da empresa, durante determinado período, usufruiu apenas 20 minutos de intervalo. Ao final daquele período, o obreiro verificou que a empresa não pagou qualquer valor adicional referente à supressão parcial do seu intervalo. Conforme a CLT, a empresa deveria ter pago a Cláudio:

- a) o valor correspondente a 1 (uma) hora extra completa, com adicional de 50%, pois a supressão, mesmo que parcial, invalida todo o período de intervalo.
- b) o valor correspondente aos 40 minutos restantes para completar 1 (uma) hora, com adicional de 50%, de natureza salarial.
- c) o valor correspondente apenas aos 10 minutos efetivamente suprimidos do intervalo mínimo negociado, com adicional de 50%, tendo essa parcela natureza indenizatória.
- d) nada, pois a existência de acordo coletivo que flexibiliza o intervalo exime a empresa de qualquer pagamento adicional em caso de supressão parcial.
- e) o valor correspondente aos 30 minutos do intervalo mínimo negociado, com adicional de 50%, pois a fruição inferior ao pactuado invalida o acordo para aquele dia.

49. Após dois anos de trabalho, Ricardo decidiu encerrar seu contrato com a empresa "Comércio Justo Ltda." e propôs o distrato, isto é, a rescisão por mútuo acordo. A empresa concordou. No momento da rescisão, Ricardo não tinha férias vencidas e seu saldo no FGTS era de R\$ 15.000,00. Considerando exclusivamente as disposições da CLT sobre esta modalidade de rescisão, Ricardo terá direito a receber, entre outras parcelas:

- a) aviso prévio indenizado integral e o levantamento de 100% do saldo do FGTS, mas sem direito à multa de 40%.
- b) metade do valor do aviso prévio, se indenizado, e indenização de 40% sobre o saldo do FGTS, mas não poderá movimentar a conta do fundo.
- c) aviso prévio indenizado integral, mas a indenização sobre o saldo do FGTS será de apenas 20%.
- d) o levantamento de 80% do saldo do FGTS e indenização de 20% sobre o mesmo saldo, não tendo direito ao seguro-desemprego.
- e) metade do valor do aviso prévio, se indenizado, e o levantamento de 100% do saldo do FGTS, acrescido da indenização de 20%.

e) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

51. Considere as assertivas abaixo a respeito das partes, representação e procuradores no processo trabalhista.

- I. Em regra, há obrigatoriedade do preposto ser empregado do reclamado.
 - II. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.
 - III. O jus postulandié o direito que tem a parte de ingressar em juízo podendo praticar pessoalmente todos os atos processuais da respectiva reclamação trabalhista.
 - IV. Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado. De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS
- a) III e IV.
 - b) II e III.
 - c) II, III e IV.
 - d) I e III.
 - e) I e II.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

50. Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do

- a) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
- b) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- c) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.

52. Júlio César manteve contrato de trabalho com a empresa Alfa Serviços LTDA por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Júlio

- a) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
- b) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- c) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
- d) não precisa constituir advogado para atuar em todas instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
- e) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

53. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade

- a) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida ex officio pelo Juiz.
- b) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- c) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- d) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- e) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

54. Nos dissídios individuais,

- a) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.
- b) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.
- c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.
- d) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.
- e) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigarão o proponente.

55. Em relação à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que

- a) no caso de inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas.
- b) no procedimento sumaríssimo, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- c) a testemunha que for parente até o quarto grau civil, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- d) a testemunha que não souber falar a língua nacional não será ouvida, devendo ser substituída por outra testemunha.
- e) a testemunha poderá sofrer desconto salarial proporcional ao tempo do seu depoimento quando for arrolada pela parte, mas não poderá sofrer qualquer desconto quando foi convocada pelo juiz.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Rubens Mauricio*

56. Bartolomeu, segurado do RGPS, sofreu acidente doméstico que o deixou afastado do trabalho por 40 dias. Como contribuinte individual em dia com suas obrigações, ele consulta um advogado e deseja saber se terá direito ao auxílio por incapacidade temporária. Diante da situação exposta, podemos afirmar que

- a) Não terá direito ao benefício, pois ficou afastado do trabalho por menos de 60 dias.
- b) Terá direito ao benefício, desde que comprove que houve acidente de trabalho.
- c) Não terá direito ao benefício, pois acidentes domésticos não geram benefício.
- d) Terá direito ao benefício, pois contribuintes individuais têm direito ao auxílio por incapacidade temporária.
- e) Não terá direito ao benefício, pois somente empregados têm direito ao auxílio por incapacidade temporária.

57. O professor Mathias exerce mandato de vereador no município onde reside e deseja saber se é considerado segurado obrigatório do RGPS. Diante da situação exposta, podemos afirmar, sobre a questão levantada por Mathias, que

- a) É considerado segurado obrigatório do RGPS, desde que opte por contribuir para esse regime previdenciário.
- b) É considerado segurado obrigatório do RGPS, se não estiver vinculado a regime próprio.
- c) Não é considerado segurado obrigatório do RGPS, pois parlamentares não são segurados obrigatórios.
- d) Não é considerado segurado obrigatório do RGPS, pois a função pública isenta de contribuição.
- e) É considerado segurado obrigatório do RGPS, na qualidade de contribuinte individual.

58. No que diz respeito à incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade no âmbito do regime geral de previdência social (RGPS), julgue os itens subsequentes e assinale a opção correta:

- I - O salário-maternidade não pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador e do segurado, com base no entendimento jurisprudencial firmado pelo STF em regime de repercussão geral.
 - II - O STF entende que o salário-maternidade não pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do segurado, por ser genuína prestação previdenciária, e não contraprestação pelo trabalho.
 - III - É inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário-maternidade, segundo entendimento jurisprudencial firmado pelo STF em regime de repercussão geral.
- a) Nenhum item está certo.
 - b) Apenas o item I está certo.
 - c) Apenas o item III está certo.
 - d) Apenas os itens I e III estão certos.
 - e) Apenas os itens II e III estão certos.

59. João faleceu deixando dois filhos menores, uma companheira com quem vivia há 10 anos e uma mãe idosa, que dele dependia economicamente. Diante da situação apresentada, terá direito à pensão por morte:

- a) Apenas os filhos.
- b) Os filhos e a mãe.
- c) Os filhos e a companheira.
- d) Apenas a companheira.
- e) Apenas a mãe.

60. Josué é empregado de uma empresa multinacional sediada em João Pessoa e recebe vale-transporte nos termos da lei e auxílio-alimentação, ambos pagos em dinheiro. Nos termos da legislação previdenciária e entendimento dos tribunais sobre o tema, podemos afirmar que

- a) não haverá incidência de contribuição previdenciária sobre as rubricas mencionadas.
- b) somente incidirá contribuição previdenciária sobre o valor do auxílio alimentação que superar um salário-mínimo.
- c) incidirá contribuição previdenciária sobre o valor do vale transporte e do auxílio alimentação.
- d) incidirá contribuição previdenciária somente sobre o vale transporte.
- e) incidirá contribuição previdenciária somente sobre o auxílio alimentação.

Discursiva

A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>